



Número: **0802058-48.2019.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **30/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25735015	30/10/2019 21:22	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
25773909	30/10/2019 21:22	<a href="#">1.PROCURAÇÃO</a>	Procuração
25773910	30/10/2019 21:22	<a href="#">2.RG E CPF</a>	Documento de Identificação
25773912	30/10/2019 21:22	<a href="#">3.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
25773913	30/10/2019 21:22	<a href="#">4.DECLARAÇÃO DE POBREZA</a>	Documento de Comprovação
25773914	30/10/2019 21:22	<a href="#">5.CARTA DA SEGURADORA</a>	Documento de Comprovação
25773915	30/10/2019 21:22	<a href="#">6.BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Documento de Comprovação
25773916	30/10/2019 21:22	<a href="#">7.DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO</a>	Documento de Comprovação
25773917	30/10/2019 21:22	<a href="#">8.PRIMEIRO ATENDIMENTO</a>	Documento de Comprovação
25773918	30/10/2019 21:22	<a href="#">9.PRONTO MÉDICO I</a>	Documento de Comprovação
25773920	30/10/2019 21:22	<a href="#">10.PRONTO MÉDICO II</a>	Documento de Comprovação
25773921	30/10/2019 21:22	<a href="#">11.PRONTO MÉDICO III</a>	Documento de Comprovação
25773922	30/10/2019 21:22	<a href="#">12.PRONTO MÉDICO IV</a>	Documento de Comprovação
25773923	30/10/2019 21:22	<a href="#">13.PRONTO MÉDICO V</a>	Documento de Comprovação
26541892	04/12/2019 15:07	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28195474	11/02/2020 18:59	<a href="#">Petição Gratuidade Judiciaria</a>	Petição
28195477	11/02/2020 18:59	<a href="#">Pagamento Custas 80 por cento - DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA</a>	Outros Documentos
28195479	11/02/2020 18:59	<a href="#">Certidão Bolsa Família</a>	Documento de Comprovação
29362163	01/04/2020 21:23	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA.**

**DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 116.829.354-50 e na Cédula de Identidade Civil sob o RG nº. 45.470.286 SSP/PB, residente e domiciliado no Sítio barra Nova, s/n, Área Rural, Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA POR DIFERENÇA DE  
INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR  
INVALIDEZ c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04 podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

**PRELIMINARMENTE**

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente se acha desempregado e inválido, ou seja é

pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar.

**Porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja oferecida uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.**

## DOS FATOS

É certo que o requerente no dia 04 de janeiro de 2017, por volta das 23h59min, foi vítima de acidente de trânsito. Ocorre que o mesmo vinha na condução de uma motocicleta, percorrendo o caminho no sentido Parelhas-RN, mais especificamente no povoado da "Rajada", quando ao passar por uma curva, se deparou com outro veículo que vinha em sentido contrário e com os faróis apagados, o qual veio a colidir com a motocicleta do requerente, fazendo com que o mesmo viesse cair ao solo, ficando por esta razão inconsciente. Vale ressaltar que o condutor do veículo atropelador, não prestou nenhum tipo de socorro, vindo a fugir do local, sem ser identificado. No entanto, o requerente e vítima foi socorrido pela equipe médica do SAMU, a qual levou o mesmo para o Hospital Walfredo Gurgel, na cidade de Natal-RN, local por onde passou pelos procedimentos necessários, sendo submetido a uma bateria de exames, constatando-se, que o suplicante/vítima, havia sofrido uma fratura no Fêmur, Joelho e Braço, ambos do lado esquerdo do corpo. Que por esta razão, necessitou de ficar internado por um período de oito dias no referido Hospital, sendo transferido logo em seguida, para o Hospital Regional de Picuí-PB, por onde passou mais seis dias internado. Portanto o requerente teve de ser transferido novamente, dessa vez, para o Hospital de Trauma, na cidade de Campina Grande-PB, onde foi submetido a procedimento cirúrgico para correção das fraturas obtidas. Que por estes motivos, o Sr.º Diego Lucas dos Santos ficou impossibilitado de exercer suas atividades rotineiras por vários dias, em decorrência das fraturas advindas do acidente automobilístico.

Destarte, que segundo o Boletim de Ocorrência registrado sob o protocolo: J201913000051 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Parelhas-RN, no momento do sinistro, o requerente ia pilotando a motocicleta Dafra - Super 100, ano/modelo 2008/2009, de cor Preta, Placa: NPR 5326, Código RENAVAL 147256372, CHASSI 95VAC1M889M017974, licenciada em nome de STANLEY G. DE OLIVEIRA SILVA.

Como o autor permaneceu inválido e apresentar uma invalidez parcial e incompleta na razão de 50% (cinquenta por cento), o mesmo requereu por duas vezes, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a seguradora consorciada da requerida (Comprev Previdência S.A.), **sob o sinistro nº. 3190376849**, tendo procedimento extrajudicial se exaurido tendo em vista que a seguradora não aceitou a documentação anteriormente enviada, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no **valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), correspondente a invalidez parcial e incompleta na razão de 50% (cinquenta por cento) por lesão em Membro Inferior e Membro Superior, ambos do lado esquerdo.** Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

## DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

***II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

*e*

*III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de



1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto §*

4º do art. 20 do CPC. Desprovemento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2017, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o*

disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

#### **ANEXO**

**(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)**

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
<b>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais</b> , cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou	25%

dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas por lesão no membro inferior e superior (ambos do lado esquerdo) (100% - cem por cento) de média intensidade**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

**“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA –**

**1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda**

**na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro.**

2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA.

1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), **os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora.** 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência

do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quírodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em

*caso de invalidez permanente. Incorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação**, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)*

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, “II”, ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

- a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente no **membro inferior e superior (ambos do lado esquerdo)**, o que perfaz o percentual correspondente aos 50% (cinquenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais, de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.
- b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.
- c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.
- d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC, porém, caso Vossa Excelência entenda por não conceder Gratuidade Judiciária integralmente, o requerente requer desde já que lhe seja concedido tal benefício de maneira parcial e lhe seja ofertada uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.
- e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

**f.** Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

**g.** Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem às custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,  
Pede deferimento.

Picuí-PB, 30 de outubro de 2019.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS


## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL



O(A) Outorgante Diego Laurens dos Santos Silva  
brasileiro, solteiro agricultor portador (a) do RG nº  
4.470.286 expedido por SSP/PB e CPF nº 116.829.354-50 residente e  
domiciliado(a) na(o) sítio Barra Nova  
nº 511, Bairro Zona rural, Cidade Picuí UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado o Bel.  
**NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220 e na  
OAB-RN sob nº. 834-A, brasileiro, casado, advogado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino  
de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274,  
a qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil,  
podendo receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar  
ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita  
e assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas  
declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições  
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, **e, em especial**, receber em juízo  
o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos  
necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer.

Picuí-PB, 29 de maio de 2019.

Diego Laurens dos Santos Silva  
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com

REGISTRO GERAL		4.470.286		DATA DE EMISSÃO		22/05/2017	
NOME		DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA					
FILIAÇÃO		SEBASTIÃO FRANÇA DA SILVA ERINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA					
NATURALIDADE		PICUI-PB		DATA DE NASCIMENTO		06/04/1998	
DOC. ORIGEM		NASC. N. 2489 FLS. 199 LIV. A3 CARTÓRIO NOVA PALMEIRA-PB					
CPF		116.829.354-90					
ASSINATURA							
MUNICÍPIO DE EMISSÃO		MUNICÍPIO DE EMISSÃO					

ESTADO DA PARAIBA		SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL		INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICA		DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
850-d						<i>Diego Lucas dos Santos Silva</i>	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		CARTEIRA DE IDENTIDADE					



RIDAMAR DOS SANTOS SILVA  
SIT BARRA NOVA, S/N - APCA RURAL  
PICUI/PB CEP: 58187000 (AG: 82)



Ligação: MONOFÁSICO  
Clas/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 2 - 80 - 582 - 3780  
Medidor: 00008897589

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br290, Km 25 - Crotô Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-680  
CNPJ: 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 024.402.937  
Cód. para Déb. Automático: 00017209537

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Mai / 2019	06/05/2019	04/06/2019	057.501.014-28 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1720953-7**

#### Canal de contato

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em [saude.gov.br/vacinabrasil](http://saude.gov.br/vacinabrasil)

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
04/04/19	1292	06/05/19	1401	1	89	22

Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/	Valor Base Calc	Aliq. Icms(R\$)	Base Calc Pos(R\$)
				Alq. Icms(R\$)	ICMS(R\$)	Pos(R\$)
0601	Consumo em kWh	89,000	0,822050	56,72	56,72 25	14,18
0601	Adic. E Amarela			0,18	0,18 25	0,04
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIBUIÇÃO LUM PÚBLICA			6,29	0,00 0	0,00
0804	JUROS DE MORA 04/2019			0,00	0,00 0	0,00
0805	MULTA 04/2019			2,55	0,00 0	0,00
0806	PARCELAMENTO DE DÉBITO 02/6			67,08	0,00 0	0,00

CCI Código de Classificação da Item TOTAL 163,42 56,80 14,32 66,90 0,55 2,54  
Tarifa c/ Tributos 0,571770

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
45	13/05/2019	R\$ 163,42

Histórico de Consumo (kWh)											
1	0	0	0	0	26	75	79	56	72	0	34
Mai/19	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19

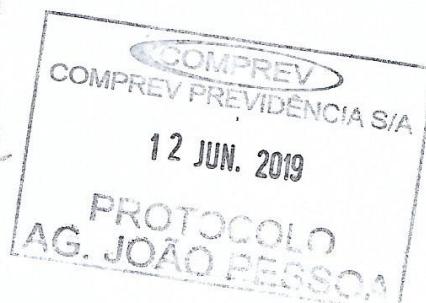
RESERVADO AO FISCO  
cb2c.8350.e20d.156f.62ef.0753.6187.beed.

Indicadores de Qualidade 3/2019 - Pedro Lourenço				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIMENSIONAL	11,61	NOMINAL	220	Serviços de Dist. da Energisa PE	13,30	8,44
DIC TRIMESTRAL	22,03			Consumo de Energia	20,37	12,46
DIC ANUAL	44,07			Serviço de Transmissão	2,15	1,32
DIC MENSAL	7,52	CONTRATAÇÃO	202	Encargos Setoriais	3,27	2,00
FIC TRIMESTRAL	15,04			Impostos, O reitos e Encargos	26,75	16,37
FIC ANUAL	30,09			Outros Serviços	67,08	40,91
DMC	5,99	LIMITE SUPERIOR	231	Total	163,42	100,00
DICRI	18,60					

Valor do EUSQ (Ref 3/2019) R\$9,97

**ATENÇÃO**  
- Faturas Anteriores Parceladas, conforme contrato firmado.  
- Leitura confirmada

Faturas em atraso



**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Diego Lucas dos Santos Silva  
brasileiro(a), solteiro, agricultor, portador do  
RG nº 4.470.286 expedido por SSP / PA e do CPF nº  
116.829.354-50, residente  
na(o) Sítio Barra Nova,  
município de Picuí - PA, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PA, 29 de maio de 2019.

Diego Lucas dos Santos Silva

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

**Art. 2º** Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

**Art. 3º** A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



**SINISTRO 3190376849 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**CPF/CNPJ:** 11682935450**Posição em 22-08-2019 16:30:53**

Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
→ Declaração do Proprietário do Veículo	Vítima	Pendente	

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
17/08/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	
20/06/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	
15/06/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	
14/06/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	



Govorno do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social  
Polícia Civil  
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: DELEGACIA MUNICIPAL DE PARELHAS  
Endereço: Rua Alexandrina Pereira, S/N, Centro, PARELHAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019130000511  
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 29/05/2019 09.36.51  
1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 04/01/2017 23.59.00  
2.3 Fato: Consumado  
2.5 Meio(s) empregado(s): Outros  
2.6 Tipo do local: Via Pública  
2.8 Número: S/N  
2.10 Complemento:  
2.12 Bairro: ZONA RURAL - SÍTOS E FAZENDAS  
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Autoria: Conhecida  
2.4 Flagrante: Não  
2.7 Logradouro: ESTRADA QUE LIGA PARELHAS/RN AO POVOADO RAJADA  
2.9 CEP: 59.360-000  
2.11 Ponto de Referência:  
2.13 Cidade: PARELHAS

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA  
3.3 Nome Social:  
3.5 Etnia: Branca  
3.7 Sexo: MASCULINO  
3.9 CPF: 11682935450  
3.11 Nacionalidade:  
3.13 Profissão: AGRICULTOR  
3.15 Telefone(s):  
3.17 Número: S/N  
3.19 Bairro: ZONA RURAL DE PICUÍ/PB  
3.21 Estado: PARAÍBA  
3.23 Cidade: PICUÍ

3.2 Estado civil: Solteiro(a)  
3.4 Pai: SEBASTIÃO FRANÇA DA SILVA  
3.6 Mãe: ERINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA  
3.8 Orientação Sexual:  
3.10 Identidade de Gênero:  
3.12 Data de Nascimento: 06/06/1998  
3.14 RG: 4470286 - SSP/PB  
3.16 Passaporte:  
3.18 Naturalidade: PICUÍ/PB  
3.20 E-Mail:  
3.22 Logradouro: SÍTIO BARRA NOVA  
3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

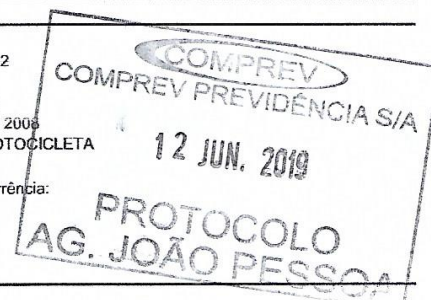
5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não  
7.1.3 Chassi: 95VAC1M889M017974  
7.1.5 Placa: NPR5326  
7.1.7 Marca: DAFRA  
7.1.9 Ano do Modelo: 2009  
7.1.11 Cor do veículo: PRETA  
7.1.13 Nota Fiscal:  
7.1.15 Nome do proprietário: STANLEY G DE OLIVEIRA SILVA  
7.1.17 Nome do condutor: O DECLARANTE  
7.1.18 Observações:

7.1.2 Seguradora:  
7.1.4 Renavam: 147256372  
7.1.6 Estado:  
7.1.8 Modelo: SUPER 100  
7.1.10 Ano de Fabricação: 2009  
7.1.12 Tipo do veículo: MOTOCICLETA  
7.1.14 Número do Motor:  
7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:



8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O DECLARANTE COMPARECEU A ESTA DELEGACIA PARA INFORMAR QUE: IA CONDUZINDO A SUA MOTOCICLETA, QUE JÁ FOI CITADA NESTE BOLETIM, SENTIDO PARELHAS PARA O POVOADO RAJADA, QUANDO AO CHEGAR EM UMA CURVA, COLIDIU COM UM VEÍCULO QUE VINHA EM SENTIDO CONTRÁRIO E COM OS FARÓIS APAGADOS, QUE O CONDUTOR DAQUELE VEÍCULO ATROPELADOR, NÃO PRESTOU SOCORRO A VÍTIMA E FUGIU DO LOCAL; QUE COM IMPACTO DA COLISÃO FOI JOGADO AO SOLO, CHEGANDO A FICAR INCONSCIENTE; QUE FOI SOCORRIDO POR UMA EQUIPE DO SAMU (DE CURRAIS NOVOS/RN), DIRETO PARA O HOSPITAL WALFREDO GURGEL, EM NATAL, ONDE FOI ATENDIDO E PASSOU POR VÁRIOS EXAMES, E FOI CONSTATADO QUE O DECLARANTE HAVIA QUEBRADO O FÊMUR, O JOELHO E O BRAÇO, AMBOS DO LADO ESQUERDO, FOI DADO OS PRIMEIROS CHEGANDO A FICAR INTERNADO POR PERÍODO DE 08 DIAS E DE LÁ FOI TRANSFERIDO PARA HOSPITAL DA CIDADE DE PICUÍ/PB, FICANDO INTERNADO POR 06 DIAS E NOVAMENTE FOI TRANSFERIDO DE TRAUMA, DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE /PB, ONDE PASSOU POR CIRURGIA PARA REPARAÇÃO DO DANO. O DECLARANTE INFORMOU AINDA QUE SOFREU ESSE ACIDENTE, EM MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DE TERCEIRO, NÃO SABENDO INFORMAR NESSE ATO O ENDEREÇO DO MESMO, TENDO EM VISTA QUE ELE SE ENCONTRA EM LOCAL INCERTO E NADA MAIS DECLAROU

9.2 Informações do CIOSP

9.3 Outras Providências

FEITO O BO PARA A FIM DO DPVAT

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

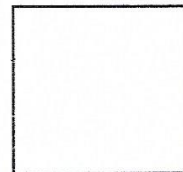
O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.  
Data 29/05/2019 09.36.51

Policial

Interessado



Francisco Danilo Soares Luciano  
AGENTE DE POLÍCIA CIVIL  
MAT. 157.323-2



Polegar direito



# DECLARAÇÃO

Eu, DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA, brasileiro,  
solteiro, ABRICADOR, portador (a) do RG nº  
4430286 expedido por SP e do CPF nº 116.829.354-50,  
residente e domiciliado(a) na(o) SITIO BAMA NOVA  
nº 510, Bairro ZONA RURAL, Cidade PICUI, UF  
PB, DECLARO, para os devidos fins e em especial para fazer prova junto a  
Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S.A. que o(a) Sr(a).  
STANLEY G. DE OLIVEIRA SILVA, proprietário(a) da moto  
modelo: SUPRA 100, ano 2008/2009, cor PRATA,  
Placa NPA-5326, Chassi nº 95VAC1M889M017974,  
RENAVAM 147256372, a qual eu me acidentei no dia  
04/01/17, se encontra em local incerto e não sabido, não tendo  
consequentemente como localizá-lo atualmente.

Picui, PB, 31 de JULHO de 2019.

2º TABELIONATO  
PICUI - PB

Diego Lucas dos Santos Silva

Declarante

PICUI CARTORIO 2º OFÍCIO

Praca JOÃO PESSOA, 26, CENTRO, Picui - PB

2º TABELIONATO PÚBLICO  
Marlene Macedo de Araújo  
2ª Tabeliã  
Comarca de Picui - Paraíba

Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:

DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA

Dou fe. Picui/PB - 31/07/2019

Tabeliã Bel: MARLENE MACEDO DE ARAUJO

Selo Digital: AHS92851-G6TC

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$ 9,91. Farpem R\$ 0,29 MP R\$ 0,16 Fej R\$ 1,28















GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Figueiredo Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Diego Lucas dos Santos Silva portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a \_\_\_\_\_, portador da patologia CID-10 +93.1, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de \_\_\_\_\_ ( X ) dias, a partir desta data.

Picuí, 11.08.17

[Assinatura]  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-1)

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS (UPS)

NOME: Unidade Básica de Saúde  
CÓDIGO DA UNIDADE: 2612887 CNPJ: 08.618.860/0001-21  
ENDEREÇO: Rua São Sebastião BAIRRO: Centro CEP: 68187-000  
MUNICÍPIO: Picuí ESTADO: Paraíba UF: PB

PACIENTE

NOME: Diego Lucas da Santos Silva IDADE: 18a.  
PROFISSÃO: Atendente DOCUMENTO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: R. São Sebastião BAIRRO: Centro CEP: \_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
CÓDIGO DO MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ CNS: 70000896897203  
DATA DO NASCIMENTO: \_\_\_\_\_ DATA DO ATENDIMENTO: \_\_\_\_\_  
CARÁTER DO ATENDIMENTO: \_\_\_\_\_ RAÇA / COR: \_\_\_\_\_ SEXO: M

DADOS CLÍNICOS

MATERIAL A EXAMINAR

RX Fêmur Joelho E.

EXAMES SOLICITADOS

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

CID-10 S.722

PROFISSIONAL

CBO	CNS	CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL
		<u>Diego Lucas da Santos Silva</u> Fica-sepeuta CREITO N° 204.732-F

ASSINATURA DO PACIENTE

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - Carimbo

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - Carimbo



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

9-4

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que o

Sr. (a) Diego Lucas dos S. Silva  
encontra-se INTERNADO (A) nesta Unidade Hospitalar, submetendo-se a tratamento especializado  
desde 24 / 01 / 17

Campina Grande, 12 / 02 / 17

Hallisson Barros de Almeida  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM 178.552

Ass. Do Médico - Nº do CRM

MOD. 10



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

9-4

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins que o

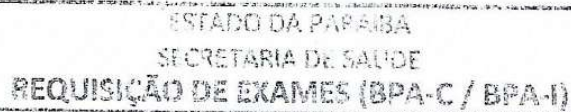
Sr. (a) Diego Lucas dos S. Silva  
encontra-se INTERNADO (A) nesta Unidade Hospitalar, submetendo-se a tratamento especializado  
desde 24 / 01 / 17

Campina Grande, 12 / 07 / 17

*Holístico Ruy de F. Pinheiro  
HOLÍSTICO RUY DE F. PINHEIRO  
CRM 32317-0*

Ass. Do Médico - Nº do CRM





## PATIENTS

DATA DE NASCIMENTO: 1/1/1966

18/08/12

CODICE

AKONG AREP of gen W

CBO	CNS	CLAMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL
-----	-----	-------------------------------------

CBO	CNS	 CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL
-----	-----	--

ASSINATURA DO PACIENTE

OU PLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TECNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



GOVERNO DO ESTADO DO RN - SECRETARIA DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE VAGAS - UGV

### ENCAMINHAMENTO

2 = 436

PACIENTE:	Diego Lucas Santos Silva		SENHA:
DIAGNÓSTICO	Problemas (Perna)		
SETOR DE ORIGEM	HMWG		
AUDITOR AUTORIZADOR			
DESTINO			
DATA	18.03.2016		

RECEPÇÃO PELO HOSPITAL

☐

ACEITA

☐

RECUSADA

MOTIVO

Assinatura Responsável





SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA  
CIRURGIA GERAL

PACIENTE **DIEGO LUCAS SANTOS SILVA**  
DATA DE **04/01/2017** HORA **23:59** Nº BAA **229057**  
ENTRADA  
IDADE **19** SEXO **M** ETNIA **Pardo**  
CARTÃO SUS - ESTADO -  
CIVIL  
CPF - RG -  
NOME DA MÃE -  
NOME DO PAI -  
NASCIMENTO **10/10/1997** 087732940 NATURALIDADE **Acari-RN**  
TELEFONE - PROFISSÃO -  
RUA/AV. VIA PUBLICA - LOCAL DO ACIDENTE Nº -  
COMPLEMENTO **PACIENTE SURDA MUDA** BAIRRO -  
ENDERECO **NAO SABE INFORMAR**  
CEP - CIDADE **Acari-RN**  
ORIGEM **Ambulância - SAMU** MOTIVO **Acidente de Trânsito / Carro - Moto**  
ACID. DE TRABALHO **Não** USUÁRIO **AURI**

9.1.2.00-12  
SUS  
SUS

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
12 JUN. 2019

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Paciente vítima de colisão moto/carro, quando  
tendo vindo de comércio, atingido pelo Sedan  
do cidade de paraisópolis, com fratura exposta  
de perna E.

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A Visão geral normal  
B Respiração espontânea  
C Tórax normal (145 bpm). T.A. 100 x 60 mmHg  
D Pulso 15  
E

RAIOS-X

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Abdomem flácido indolor.  
Tórax normal. M: Sem alteração. Refere  
do 2 polposos do Estômago.  
Pele normal. possível fratura Set 98% Ab

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATÓRIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCORE FINAL
00:10h					137	151	

DIAGNÓSTICO INICIAL

FCE + fratura exposta perna

CID

E



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel  
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

EVOLUÇÃO  
MULTIDISCIPLINAR

Nome DIEGO LUCAS SANTOS SILVA

Leito: 1

Idade: 17

Nº Registro: 02:40

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

DATA

04/01/17 # ADMISSÃO # 02:40

PACIENTE ADMITIDO P/  
CIDADOS NEURO QUIRÚRGICOS

Dr. Thiago Alexandre F. Rocha  
Neurocirurgia  
CRM-RN 5233

04/01/17 Neurocirurgia

09:10L - TC c/ contusões frontais  
= fratura MSE e MIG

Exame físico

Exame físico D

Resposta ao ambiente

Resposta a estimulação

Insônia

Oligosíntese

Contato de primeira ordem

Quase 15

co: TC controlada

Urgência cirurgia ortopédica

COMPREV  
COMPREV PREVISTO  
12 JUN. 2013  
PROTEÇÃO  
AG. JOÃO

Anne K. M. Costa  
NEUROCIQUIRURGIA  
CRM-RN 5018

07/10L TC controlada: pequenas contusões anteriores com sequelas locais

Intelectual, sem sinais de 3, sem alterações, sem sequelas

memória

co: hi parciais para cirurgia ortopédica

ANNE K. M. COSTA  
NEUROCIQUIRURGIA  
CRM-RN 5018

Anne K. M. Costa  
NEUROCIQUIRURGIA  
CRM-RN 5018

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para o diagnóstico e tratamento de doenças e adultos, em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial, para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Secretaria de Estado da Saúde Pública  
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel  
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

EVOLUÇÃO  
MULTIDISCIPLINAR

Nome

Leito:

Idade:

Nº Registro:

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

DATA

06/01/16 Paciente com trauma em MBE / MIE  
Isolado de um, para perfuro, FO

Clínica

Clínica

Ramon Marcelo M. Teixeira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM/RN - 5443

04/01/16

paciente com trauma  
coluna lombar

Cartão de identificação  
de paciente e familiar  
Nº 123456789

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
12 JUN. 2019  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

09/01/17

PACIENTE TROUVA ESTAR  
SEM QUEIXAS,  
col: L. P. M.

Dr. Josivan F.  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-RN 5763

10/01/17

Paciente em

Dr. Eduardo dos S. P.  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgião de Mão  
CRM-RN 4547

11/01/17

Paciente em

Dr. Carlos P.  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-RN 4547

... no âmbito hospitalar, assistência ... em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com o melhor ... em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.

DIEGO LUCAS SANTOS SILVA, : DX from 04/01/2017





DIEGO LUCAS SANTOS SILVA, : DX from 04/01/2017



DIEGO LUCAS SANTOS SILVA, : DX from 04/01/2017





THESE BOOKS ARE NOT TO BE  
REPRODUCED OR TRANSMITTED IN ANY FORM OR BY ANY MEANS  
ELECTRONIC OR MECHANICAL, INCLUDING PHOTOCOPYING, RECORDING, OR BY ANY INFORMATION STORAGE AND RETRIEVAL SYSTEM, WITHOUT PERMISSION IN WRITING FROM THE PUBLISHER.

## APPENDIX

**NATIONAL HAZARDOUS WASTE CONTROL ACT**

[illegible]

COMPREV  
COMPREV PREVIDENCIA S/A  
12 JUN. 2019  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO FESSOA

1. **1.1**  
 2. **2.1**  
 3. **3.1**  
 4. **4.1**  
 5. **5.1**  
 6. **6.1**  
 7. **7.1**  
 8. **8.1**  
 9. **9.1**  
 10. **10.1**  
 11. **11.1**  
 12. **12.1**  
 13. **13.1**  
 14. **14.1**  
 15. **15.1**  
 16. **16.1**  
 17. **17.1**  
 18. **18.1**  
 19. **19.1**  
 20. **20.1**  
 21. **21.1**  
 22. **22.1**  
 23. **23.1**  
 24. **24.1**  
 25. **25.1**  
 26. **26.1**  
 27. **27.1**  
 28. **28.1**  
 29. **29.1**  
 30. **30.1**  
 31. **31.1**  
 32. **32.1**  
 33. **33.1**  
 34. **34.1**  
 35. **35.1**  
 36. **36.1**  
 37. **37.1**  
 38. **38.1**  
 39. **39.1**  
 40. **40.1**  
 41. **41.1**  
 42. **42.1**  
 43. **43.1**  
 44. **44.1**  
 45. **45.1**  
 46. **46.1**  
 47. **47.1**  
 48. **48.1**  
 49. **49.1**  
 50. **50.1**  
 51. **51.1**  
 52. **52.1**  
 53. **53.1**  
 54. **54.1**  
 55. **55.1**  
 56. **56.1**  
 57. **57.1**  
 58. **58.1**  
 59. **59.1**  
 60. **60.1**  
 61. **61.1**  
 62. **62.1**  
 63. **63.1**  
 64. **64.1**  
 65. **65.1**  
 66. **66.1**  
 67. **67.1**  
 68. **68.1**  
 69. **69.1**  
 70. **70.1**  
 71. **71.1**  
 72. **72.1**  
 73. **73.1**  
 74. **74.1**  
 75. **75.1**  
 76. **76.1**  
 77. **77.1**  
 78. **78.1**  
 79. **79.1**  
 80. **80.1**  
 81. **81.1**  
 82. **82.1**  
 83. **83.1**  
 84. **84.1**  
 85. **85.1**  
 86. **86.1**  
 87. **87.1**  
 88. **88.1**  
 89. **89.1**  
 90. **90.1**  
 91. **91.1**  
 92. **92.1**  
 93. **93.1**  
 94. **94.1**  
 95. **95.1**  
 96. **96.1**  
 97. **97.1**  
 98. **98.1**  
 99. **99.1**  
 100. **100.1**



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



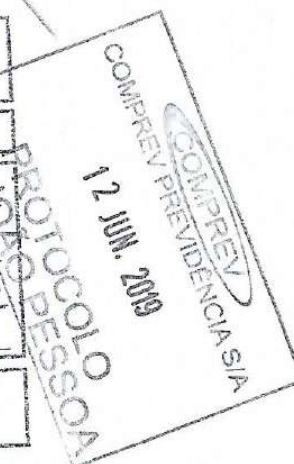
**BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA**  
**CIRURGIA GERAL**

<b>PACIENTE</b>	<b>DIEGO LUCAS SANTOS SILVA</b>		
<b>DATA DE ENTRADA</b>	<b>04/01/2017</b>	<b>HORA</b>	<b>23:59 Nº BAA 229057</b>
<b>IDADE</b>	<b>19</b>	<b>SEXO</b>	<b>M ETNIA Pardo</b>
<b>CARTÃO SUS</b>	<b>-</b>	<b>ESTADO</b>	<b>-</b>
		<b>CIVIL</b>	<b>-</b>
<b>CPF</b>	<b>-</b>	<b>RG</b>	<b>-</b>
<b>NOME DA MÃE</b>	<b>-</b>		
<b>NOME DO PAI</b>	<b>-</b>		
<b>NASCIMENTO</b>	<b>10/10/1997</b>	<b>NATURALIDADE</b>	<b>Natal-RN</b>
<b>TELEFONE</b>	<b>-</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>-</b>
<b>RUA/AV.</b>	<b>VIA PUBLICA - LOCAL DO ACIDENTE</b>	<b>Nº</b>	<b>-</b>
<b>COMPLEMENTO</b>	<b>PACIENTE SURDA MUDA</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>-</b>
	<b>NAO SABE INFORMAR ENDEREÇO</b>		
<b>CEP</b>	<b>-</b>	<b>CIDADE</b>	<b>Acari-RN</b>
<b>ORIGEM</b>	<b>Ambulância - SAMU</b>	<b>MOTIVO</b>	<b>Acidente de Trânsito / Carro - Moto</b>
<b>ACID. DE TRABALHO</b>	<b>Não</b>	<b>USUÁRIO</b>	<b>AURI</b>


**HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)**

01 CART DE CÉDULAS & DOCUMENTOS  
01 CART CIGARROS (GIFT)

		GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Serrinha	
<b>COMUNICAÇÃO DE ALTA E TRANSFERÊNCIA</b>			
Paciente:	Diego Lucas Santos Silva		
Registro:	151148	Leito:	436
Setor:	4 andar		
Em:	12.01.17		
Alta	<input type="checkbox"/>		
Transferência	<input checked="" type="checkbox"/>		
Para:	Lama		
Assinatura			





 <p>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho</p>	<p><b>ATESTADO MÉDICO</b></p>
<p><b>ATESTADO</b></p>	

Atestado para os devidos fins, que o(a) segurado(a) \_\_\_\_\_

Diego Lucas Santos

foi examinado(a) nesta Unidade de Saúde às \_\_\_\_\_ horas, e necessita

afastar-se de suas atividades profissionais / estudantis, durante um período

de 15 ( quinze ) dia (s), por motivo de doença

a partir desta data.

Autorização do paciente para  
divulgação do CID.

Autorização

CID. 10 nº

S.72 / S.52

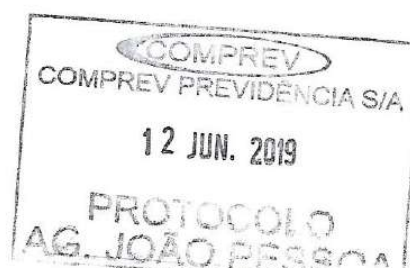
Local e data


04/01/17

Dr. Hausemann Morais  
Ortopedista - Traumatologista  
CRM 5314 - SBOT 12213

Assinatura e carimbo do profissional

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



 <b>SUS</b> Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE</b>					
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>				2 - CNES <b>2757710</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE</b>					
3 - NOME DO PACIENTE <b>Divina Fátima dos Santos Silva</b>				4 - N° DO PRONTUÁRIO <b>79636</b>	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <b>302276871002</b>		6 - DATA DE NASCIMENTO <b>26/04/1988</b>		7 - SEXO Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F	
8 - NOME DA MÃE <b>Paula Maria dos Santos Silva</b>				10 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) N° DO TEL	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>Paula Maria dos Santos Silva</b>				12 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) N° DO TEL	
13 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO) <b>Rua da Liberdade, 100, Centro, Picuí - PB</b>					
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Picuí - PB</b>		15 - COD. IBGE MUNICÍPIO <b>5702007</b>		16 - UF <b>PB</b>	
17 - CEP <b>57020-000</b>					
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>					
18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>paciente portadora de diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, uso de insulina e medicamentos para hipertensão.</b>					
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>paciente com diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemia, uso de insulina e medicamentos para hipertensão.</b>					
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>2002 glicemia em jejum</b>					
21 - DIAGNÓSTICO INICIAL <b>diabetes mellitus</b>		22 - CID 10 PRINCIPAL <b>E55.0</b>		23 - CID 10 SECUNDÁRIO 	
24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS 		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>COMPREV</b>  <b>COMPREV PREVIDÊNCIA S/A</b>  <b>12 JUN. 2019</b>  <b>PROTOCOLO</b>  <b>AG. 1040</b> </div>			
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>					
25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <b>internação hospitalar</b>				26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>0408002 0131</b>	
27 - CLÍNICA <b>dependência clínica</b>		28 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO <b>internação</b>		29 - DOCUMENTO <input checked="" type="checkbox"/> CNES <input type="checkbox"/> IOFF	
30 - N° DO DOCUMENTO <b>Dr. Anderson Douglas</b>		31 - N° DO DOCUMENTO <b>CRM-PB 9261 Dr. Anderson Douglas</b>			
32 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>13/01/19</b>		33 - ASSINATURA DO RESPONSÁVEL <b>CPF: 074.546.724</b>			
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>					
34 - IDENTIFICANTE DE TRÁNSITO 		37 - CNPJ DA SEGURADORA 		38 - N° DO BILHETE 	
35 - ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 		39 - CNPJ DA EMPRESA 		41 - CNPJ DA EMPRESA 	
36 - ACIDENTE TRABALHO TRAFETO 		40 - CNPJ DA EMPRESA 		42 - CBOE 	
43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA <input type="checkbox"/> EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGUIR					
<b>AUDITADO</b>					
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <b>RENÔ TORRES MACAUBAS</b>					
45 - DOCUMENTO <input type="checkbox"/> CNES <input type="checkbox"/> IOFF		46 - N° DO DOCUMENTO <b>CPF: 059.863.714</b>		47 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <b>264-9</b>	
48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <b>1/1/19</b>		49 - ASSINATURA E CARIMBO (NOME E ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL) 			





Hospital Regional de Pícul "Felipe Tiago Gomes"

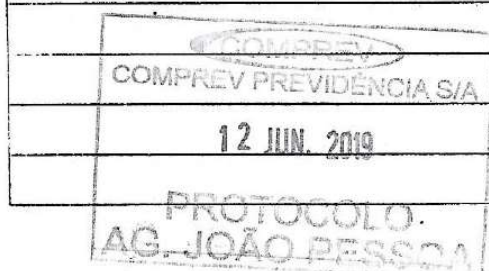
## DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

Nome do Paciente: <u>DIEGO LEAL DOS SANTOS SILVA</u>		
Data da operação: <u>17-01-17</u>	Enf.: <u>208</u>	Leito: <u>03</u>
Operador: <u>D2 Carlos</u>		1º Auxiliar:
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:
Anestesista: <u>D2 Roberto</u>		Tipo de Anestesia: <u>Bier</u>
Diagnóstico Pré-operatório: <u>FRATURA DE ULNA</u>		
Tipo de operação: <u>FRAT. CÍRURGICO DE FRAT. DE ULNA</u>		
Diagnóstico Pós-operatório: <u>O MESSALO</u>		
Relatório Imediato do Patologista:		
Exame Radiológico no Ato:		
Acidente durante a operação:		

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras

- ① Paciente em UH sob anestesia
- ② Assepse + antiseptia + compres
- ③ Incisão sobre a cutânea.
- ④ Dissociação por placas
- ⑤ Fixação de ped. de pedúnculo e placas  
Dep 3,5 + perfurador contínuo
- ⑥ H e SF
- ⑦ Sutura por placas
- ⑧ Anestesia



Dr. Carlos Candido Filho  
ORTOPEDIA - CIRURGIA DO JOELHO  
CRM-PR 19400 TEL: 3113 - CRM-PR 24336  
CPF: 053.159.674-90





Hospital Regional de Pícuí "Felipe Tiago Gomes"

## FICHA DE ANESTESIA

**OBS:**

Robério Marinho Alves  
MÉDICO  
CPF: 251034154-53  
CRM: 3512

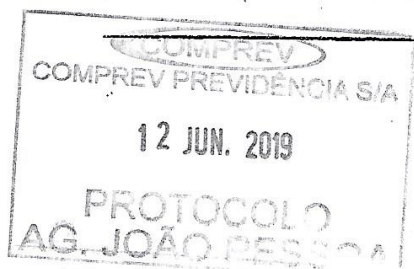


## EVOLUÇÃO

Nome: Diego B. dos S. Silva Idade: 18 Reg.: 791  
 Serviço: Clínica Diagnóstico: Fract. de ulna Local: 0

Data	Evolução
13.01.2019	<p># Admissão</p> <p>Paciente atendido em 04.01.19. apresentação Sec com contusão em região antec. + HSDT + HSDA antec. e antec. + manuseio e polio antec. O, gnao do lado do ulnar em antec. no manuseio a polio do antec. Fratura de ulna esquerda. 2lin. representando o est. antec. para seguimento da ortopedia. Em antec. oman. antec. polio a edema (6)</p> <p>ao exame: EOR, antec. fratura, hipov. +124, bem representado.</p> <p>AC: ROR de BNM 110</p> <p>DR: W (6) em antec. 11/15</p> <p>DR: plano, fratura e manuseio.</p> <p>HD: polio</p> <p>CO: soluto exato</p> <p>VPM.</p> <p>Por favor e seguimento com a ortopedia.</p>
14.01.2019	<p>Paciente segue, estável</p> <p>com fratura de ulna. Aguardando avaliação de ortopedia.</p> <p>CO: VPM</p>

Dr. Anderson D. S. Silva  
 CRM-PB 9274  
 CPF: 074.544.742-7





GOVERNO  
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990  
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH

Nº de Ordem

Nº de Reg.

Nº do Docum.

79.636

RN - 2489

## ARQUIVO MÉDICO

Nome: Diego Lucas dos S. Silva

Responsável: Erimalva dos S. Oliveira

Pai: Sebastião Inácio da Silva

Mãe: Erimalva dos S. Oliveira

Prof: Agricultor Data Nasc.: 06/04/98 Idade: 18

Endereço: Rua 1ª dos Chagas Montes Nº

Bairro: Cidade: Picuí Est. Civil:

## PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Trat. cirúrgico de Frac. de ulna

Tratamento efetuado no hospital: cirúrgico

Exames realizados:

Internado em 13/01/17 Alta em 24/01/17 Óbito em 1 1

Arquivista

Médico Assistente



GOVERNO  
DA PARAÍBA



Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Dirgo Leão da Silva portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a \_\_\_\_\_, portador da patologia CID-10 S72.4, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 02 (dois) dias, a partir desta data.

Picuí, 18/01/2017.

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

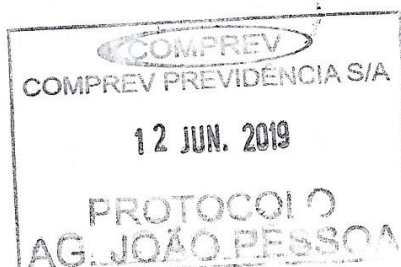
### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a) Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

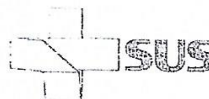






GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Dr.º Luiz de Sá, portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às \_\_\_\_\_ horas, submetido(a) a \_\_\_\_\_, portador da patologia CID-10 S72, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 15 (\_\_\_\_\_) dias, a partir desta data.

Picuí, 30/06/19

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Paulo Henrique de Jesus (pos-operatório)

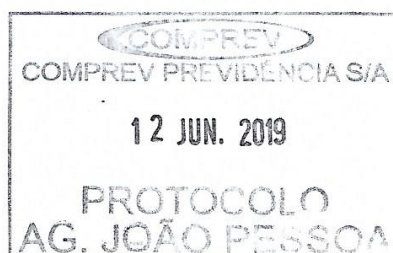
### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a) Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO







**Tribunal de Justiça da Paraíba  
Vara Única de Picuí**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0802058-48.2019.8.15.0271**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

**Intime(m)-se o(a)(s) parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, instruir o pedido com a guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjpb-judicial/>), sob pena de indeferimento da inicial.**

No mesmo prazo deve a parte comprovar sua hipossuficiência financeira mediante comprovante de que participa de programa social destinado a pessoas de baixa renda ou comprovante documental de renda (contracheque, holerite, declaração de imposto de renda ou de isento, carteira de trabalho), para fins de análise do pedido de justiça gratuita.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva  
Juiz de Direito**

segue petição em anexo



**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.**

**PROCESSO Nº. 0802058-48.2019.815.0271**

**DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, que tendo em vista **a sua situação de BENEFICIÁRIA DO BOLSA FAMÍLIA (PROGRAMA SOCIAL PARA PESSOA DE BAIXA RENDA)** e ante ao fato de não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, o requerente **REQUER, que lhe seja concedido os beneplácitos da Gratuidade Judiciária ou que lhe seja concedida uma redução no percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.**

Ademais, o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”. E Já fora decidido pelo Egrégio STJ que a Gratuidade Judiciária pode ser requerida a qualquer momento do processo, A concessão da assistência judiciária gratuita pode ocorrer a qualquer momento do processo, com efeitos não retroativos, razão pela qual com base no decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº. 904.289 – MS, o autor requer a reapreciação do pedido de gratuidade judiciária de forma parcial, segue abaixo a respeitável decisão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CONCESSÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EFEITOS EX NUNC. 1. **O pedido de concessão da assistência judiciária pode ser formulado em qualquer momento processual.** Como os efeitos da concessão são ex nunc, o eventual deferimento não implica modificação da sentença, pois a sucumbência somente será revista em caso de acolhimento do mérito de eventual recurso de apelação. 2. O princípio da "invariabilidade da sentença pelo juiz que a proferiu", veda a modificação da decisão pela autoridade judiciária que a prolatou, com base legal no artigo 463 do CPC, não impõe o afastamento do juiz da condução do feito, **devendo o magistrado, portanto, exercer as demais atividades posteriores,** contanto que não





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

impliquem alteração do decidido na sentença. 3. Recurso especial parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 904.289 - MS (2006/0257290-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO.

Bem como, nesse mesmo sentido acentua ainda o art. 9º da Lei 1060/50:

*"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".*

Logo, vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Por fim, "*considerada a **presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para fins de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar a real situação financeira do requerente***" (STJ, AgRg no AREsp 296.675/MG, rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9-4-2013).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os seus pressupostos legais.

No caso, à parte que comprovar a indisponibilidade de recursos para promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Aliás, é sabido que as custas judiciárias da Paraíba têm valor demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se tomada como referência a nossa comarca, razão por que desde já o autor **requer a concessão da GRATUITA JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do valor original (80% de desconto).**

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º), conforme faz prova a transcrição de tal dispositivo legal abaixo:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

*§ 1º A gratuidade da justiça compreende:*

*...*

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, **ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)***

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, mesmo que de forma parcial, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Por fim, diante do exposto, o autor **requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA INTEGRAL, uma vez que se encontra desempregado e não tem como arcar com o ônus processual. Caso Vossa Excelência não entenda cabível, que CONCEDA A GRATUIDADE JUDICIARIA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais.** Com o deferimento dos pedidos supras, a parte autora requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 11 de fevereiro de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ  
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SETOR CADASTRO ÚNICO



## CERTIDÃO

Certificamos para os devidos fins de comprovação, junto ao INSS que o Srt. **DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**, com registro no CPF Nº **116.829.354-50**, portador do RG Nº **4.470.286** SSDS/PB e NIS **160.456.304-92**, agricultor, residente e domiciliado no sítio Barra Nova, zona rural de Picuí- PB, a família foi incluída no Cadastro Único para Programas Sociais em **08/01/2014**, com Código domiciliar nº **038472654-23**, com renda per capita de **R\$: 0,00**.

Composição Familiar:

**Responsável Familiar:** Erinalva dos Santos Oliveira


**Cônjuge:** Manuel Everaldo dos Santos

**Filhos (as):** Sebastião Adryan Oliveira da Silva

Diego Lucas dos Santos Silva

Segue anexo folhas 1,2,3 do Formulário principal e Suplementar 01.

Picuí-PB, 06/02/2020

  
Salomão Duarte de Araújo  
Técnico do Cadastro Único/Bolsa Família  
Picuí-PB

Rua Antônio Firmino de Macedo, s/n – Limeira – CEP 58.187-000  
E-mail: [bolsafamiliapicui@gmail.com](mailto:bolsafamiliapicui@gmail.com) - Telefone (83) 3371-2443

**1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE**

<b>1.01 - Código familiar</b> 38472654-23	<b>1.02 - UF</b> PB	<b>1.03 - Município</b> PICUI	<b>1.04 - Distrito</b> 0	<b>1.05 - Subdistrito</b> 0	<b>1.06 - Setor censitário</b> 0
<b>1.07 - Modalidade da operação</b> 2- Alteração	<b>1.08 - Forma de coleta de dados</b> 1- Sem visita domiciliar	<b>1.09 - Formulário(s) preenchido(s)</b> 0 - Principal . 3 - Formulário Suplementar 1 .			<b>1.10 - Data de entrevista</b> 05/06/2019

**ENDEREÇO DA FAMÍLIA**

<b>1.11 - Localidade</b> (bairro, povoado, vila, etc.) ZONA RURAL	
<b>Logradouro (tipo, título, nome)</b>	
<b>1.12 - Tipo</b> (rua, avenida, igarapé, etc.)	SITIO
<b>1.13 - Título</b> (geral, santa, pintor, etc.)	
<b>1.14 - Nome</b> BARRA NOVA	
<b>1.15 - Número</b>	<b>1.16 - Complemento do número</b> (s/nº, km, A, FUNASA, SUCAM, etc.) SN
<b>1.17 - Complemento adicional</b> (apartamento, casa, sobrado, fundos, bloco, lote, quadra, etc.)	
<b>1.18 - CEP</b> 58187-000	
<b>1.19 - Unidade territorial local</b>	
a) Código 34	b) Descrição ACS MARIA JUCILENE DOS S LIMA
<b>1.20 - Referência para localização</b> PROXIMO AO PSF DA MALHADA VERMELHA	

**ENTREVISTADOR**

<b>1.21 - Nome</b> SALOMAO DUARTE DE ARAUJO	
<b>1.22 - CPF do entrevistador</b> 096.159.004-19	<b>Assinatura do entrevistador</b>
<b>1.23 - Observações</b> ATUALIZACAO DE ESCOLA	
<b>Assinatura do representante da prefeitura órgão responsável pelo cadastramento</b>	



## 2 - CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

2.01 - O local onde está situado o seu domicílio tem, na maioria, características:

2- Rurais

2.02 - Qual é a espécie do seu domicílio?

1- Particular permanente

2.03 - Quantos cômodos tem seu domicílio?

5

2.04 - Quantos cômodos estão servindo, permanentemente, de dormitório para os moradores do seu domicílio?

2

2.05 - Qual é o material predominante no piso do seu domicílio?

2- Cimento

2.06 - Qual é o material predominante na construção das paredes externas do seu domicílio?

1- Alvenaria/tijolo com revestimento

2.07 - O seu domicílio tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo?

2- Não

2.08 - Qual é a forma de abastecimento de água utilizada no seu domicílio?

3- Cisterna

2.09 - No seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?

1- Sim

2.10 - De que forma é feito o escoamento do banheiro ou sanitário?

3- Fossa rudimentar

2.11 - O lixo do seu domicílio:

3- É queimado ou enterrado na propriedade

2.12 - Qual é a forma de iluminação utilizada no seu domicílio?

1- Elétrica com medidor próprio

2.13 - Existe calçamento/pavimento no trecho do logradouro (rua, avenida, etc.), em frente ao seu domicílio?

3 - Não existe

## 3 - FAMÍLIA

Observe os conceitos de morador e de família na contracapa do formulário

3.01 - A família é indígena?

2- Não

3.02 - A que povo indígena pertence a família?

3.03 - A família reside em terra ou reserva indígena?

3.04 - Qual é o nome da terra ou reserva indígena?

3.05 - A família é quilombola?

2- Não

3.06 - Qual é o nome da comunidade quilombola?

3.07 - Quantas pessoas moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua e famílias em domicílio coletivo)

4

3.08 - Quantas famílias moram no seu domicílio? (Não preencher para famílias em situação de rua e famílias em domicílio coletivo)

1

3.09 - Há alguma pessoa dessa família que está internada ou abrigada em hospital, casa de saúde, asilo, orfanato ou em outro estabelecimento similar há 12 meses ou mais?

☐

1 - Criança(s) e adolescente(s) (de 0 a 17 anos)

☐

2 - Jovem(ns) e adulto(s) (de 18 a 59 anos)

☐

3 - Idoso(s) (de 60 anos ou mais)

**LISTA DE COMPONENTES DA FAMÍLIA MORADORES DO DOMICÍLIO**

- Sempre iniciar o preenchimento pelo nome do Responsável pela Unidade Familiar
- Anote o primeiro nome de cada pessoa

1 - SEBASTIAO ADRYAN OLIVEIRA DA SILVA

2 - ERINALVA DOS SANTOS OLIVEIRA

3 - MANUEL EVERALDO DOS SANTOS

4 - DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA

3.10 - A família, normalmente, tem despesa mensal com:

1 - Energia elétrica

47

,00

2 - Água e esgoto

,00

3 - Gás, carvão e lenha

,00

4 - Alimentação, higiene e limpeza

200

,00

5 - Transporte

,00

6 - Aluguel

,00

7 - Medicamentos de uso regular

,00

3.11 - Nome e código do Estabelecimento de Assistência à Saúde - EAS/MS em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

UNIDADE BASICA DE SAUDE NILO FERREIRA DE VASCONCELOS

b) Código

3316114

3.12 - Nome e código do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/CREAS) em que os membros da família são atendidos quando necessitam:

a) Nome

b) Código



**1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE**

1.01 - Código familiar 38472654-23	1.02 - UF PB	1.03 - Município PICUI	1.04 - Distrito 0	1.05 - Subdistrito 0	1.06 - Setor censitário 0
1.07 - Modalidade da operação 2- Alteração	1.08 - Forma de coleta de dados 1- Sem visita	1.09 - Formulário(s) preenchido(s) 0 - Principal . 3 - Formulário Suplementar 1			1.10 - Data de entrevista 05/06/2019

**ENTREVISTADOR**

1.11 - Nome SALOMAO DUARTE DE ARAUJO	
1.12 - CPF do entrevistador 096.159.004-19	Assinatura do entrevistador
1.13 - Observações ATUALIZACAO DE ESCOLA	
Assinatura do representante da prefeitura/órgão responsável pelo cadastramento	

**2 - VINCULAÇÃO A PROGRAMAS E SERVIÇOS**

2.01 - Indique abaixo, marcando com X, se a família ou algum membro da família é beneficiário de algum programa da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN.  Admite múltipla marcação. 14 - Nenhum	2.02 - Algum membro da família foi resgatado do trabalho análogo ao de escravo por órgão do governo (Ministério do Trabalho, Polícia Federal, etc.)?  2- Não
	2.03 - Indique abaixo, marcando com X, se a família ou algum membro da família é beneficiário de algum programa do Ministério de Minas e Energia.  4 - Nenhum
	2.04 - Preencha o campo abaixo com o número/código de identificação da unidade consumidora, indicado na conta de energia elétrica do domicílio.  a) Nº de ordem da pessoa: 99  b) Código da unidade 5976993



**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0802058-48.2019.8.15.0271**  
**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**AUTOR: DIEGO LUCAS DOS SANTOS SILVA**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

## **SENTENÇA**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7). Determinada a emenda da petição inicial. Intimação Regular. Decurso do prazo. Não manifestação. Indeferimento da Petição Inicial. CPC, art. 485, I.**

– Determinada a emenda da inicial, havendo o decurso do prazo legal sem manifestação do autor, após a sua regular intimação, indefere-se a inicial e extingue-se o processo sem análise meritória.

### **Vistos, etc.**

Trata-se de ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**, ajuizada pela parte autora qualificada nos autos, pelos **motivos expostos na petição inicial**.

Foi determinada a emenda da inicial para que o(a) promovente a instrui-se com documento essencial ao ajuizamento do pleito, consistente na guia de custas judiciais, nos termos do que dispõe o art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça.

Regularmente intimada, a parte promovente não regularizou a inicial no prazo que lhe foi assinalado, limitando-se a reiterar o pedido de justiça gratuita.

Vieram-me os autos conclusos para os fins de direito.

### **É o relatório.**

### **Decido.**

O art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça (Provimento CGJ-TJPB Nº 49/2019, disponível em <https://corregedoria.tjpb.jus.br/legislacao/codigo-de-normas-cgjp-judicial/>), dispõe, *in verbis*:

**Art. 386. O magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, mediante decisão fundamentada, na forma dos §§ 5º e 6º do art. 98 do CPC.**

(...)

§ 3º A parte deverá apresentar junto com a petição inicial a guia de custas, ainda que haja o requerimento de gratuidade processual, salvo nos casos de processos com isenção legal de custas.

Sendo assim, após a edição da norma acima transcrita, a guia de custas judiciais passa a ser documento indispensável à propositura da ação, mesmo que haja requerimento de gratuidade de justiça, sendo um dos requisitos da petição inicial, na dicção do art. 320 do CPC:

**Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.**



No caso dos autos, foi determinada a emenda da inicial a fim de que o(a) autor(a) instrísse o pedido com a guia de custas, nos termos do art. 386, §3º, do Código de Normas Judicial, contudo, tal providência não foi cumprida no prazo assinalado, razão por que a inicial deixou de ser instruída com documento indispensável à propositura da ação, conforme o disposto no art. 320 do CPC, acima transcrito.

Em caso de ausência de qualquer dos requisitos da inicial, inclusive na falta de documento indispensável à propositura da ação, a petição inicial é considerada inepta e, portanto, deve ser indeferida, consoante o art. 321, parágrafo único do CPC:

**Art. 321.** O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos [arts. 319 e 320](#) ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

**Parágrafo único.** Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial

Sendo assim, atento ao que mais dos autos consta e aos princípios de direito aplicáveis à espécie, com fulcro no art. 386, § 3º, do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, c/c arts. 320, 321, parágrafo único, e 485, inciso I, todos do CPC, **INDEFIRO A INICIAL e, em consequência, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito.**

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Sem condenação em custas, uma vez que o processo não se desenvolveu.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**  
**Juiz de Direito**